

## AUGUSTO E AS TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO ROMANO

**Prof<sup>a</sup>. Me. Márcia Regina de Faria da Silva (UERJ/ Estácio)**

**Resumo:** A “Época de Augusto” foi de grande importância para a literatura latina. Esse período, contudo, foi consequência de vários acontecimentos anteriores, que geraram as guerras civis e a derrocada da República. Veremos nesse artigo quais foram esses acontecimentos e a importância de Augusto para restabelecer a ordem em Roma e fomentar o florescimento da melhor época da poesia latina.

**Palavras-chave:** Augusto; Principado; República

Augusto foi uma figura de grande importância não só para a política romana, mas também para o desenvolvimento das artes na *Vrbe*. Incentivou, através do círculo de Mecenas, os mais importantes autores latinos, que escreveram na chamada “Época de Augusto”, como Virgílio, Horácio, Propércio entre outros. Porém, muitas vezes, nos falta um embasamento histórico, para compreendermos o que de fato aconteceu em Roma na passagem da República ao Principado. Por isso, nesse artigo, tentaremos esclarecer alguns aspectos históricos, desde as guerras civis até o principado augustano, que mudou a vida dos romanos.

A república, que era considerada um regime perfeito para Roma, começa sua decadência no século II a.C., pois, segundo Rostovtzeff<sup>1</sup>, era notório que

*O poder de uma classe única, de um pequeno grupo de famílias nobres que usavam o poder para favorecer seus interesses particulares, constituía um grande mal, pois a existência desse poder levava inevitavelmente à desmoralização da classe dominante, que se tornava venal, aceitava subornos e comprava votos nas eleições.*

Essa classe era chamada de *Optimates*. Ela dominava o poder, através do Senado, e ainda procurava impedir as tentativas de mudanças feitas pelos *Populares*, representantes jovens da mesma classe social dos anteriores, porém muito cultos, que queriam resolver problemas urgentes, como tribunos da plebe, apresentando novas legislações diretamente ao povo sem a consulta ao Senado, pois a lei assim permitia. Outra classe que

tencionava mudanças era a dos *Equites*, comerciantes que não estavam diretamente ligados à política, mas detinham uma força de influência cada vez maior.

O descontentamento popular e dos soldados era crescente e girava, especialmente, em torno da falta de terra para pequenos agricultores, enquanto as grandes propriedades cresciam demasiadamente. Enquanto isso, em Roma, o proletariado aumentava com o despovoamento dos campos e pedia alimento e diversões. E, como nos diz Baldson<sup>2</sup> :

*Havia outros graves problemas: o descontentamento crescente dos latinos e de outros aliados italianos de Roma que, segundo os termos de seus tratados com Roma, forneciam tropas para as conquistas romanas, mas não recebiam qualquer vantagem dessas mesmas vitórias; a crescente impopularidade, entre os romanos, do recrutamento para o serviço militar, já que agora implicava uma ausência do lar por alguns anos e, além disso, a redução de romanos disponíveis entre as classes de proprietários que eram recrutáveis; e a presença de enormes bandos de escravos descontentes por todo o interior italiano.*

Todos esses problemas só poderiam ser resolvidos por uma reforma da Constituição. O primeiro dos reformadores foi Tibério Graco, tribuno da plebe em 133 a.C.. Ele violou a Constituição para conseguir aprovar sua lei agrária, que previa a desapropriação de terras de grandes propriedades pertencentes ao Estado e arrendadas a representantes da classe dos *Optimates*. Porém, foi morto juntamente com seus correligionários, sem ver suas reformas serem executadas, após desafiar a tradição e tentar a reeleição para tribuno da plebe no ano seguinte. Mas, em 123 e 122 a.C., seu irmão Caio Graco foi eleito tribuno da plebe com o intuito de vingar a morte do irmão e colocar em prática sua lei agrária. Além disso, sua política gira em torno de tentar reduzir os privilégios do Senado, não deixando que os cônsules escolhessem as províncias que iriam governar e fazendo com que os *Equites* julgassem os casos de extorsão, não mais os senadores; fornecer milho barato para o proletariado; e defender a idéia de que a cidadania romana deveria ser concedida aos latinos. E foi esse último projeto que atraiu contra ele o desagrado tanto dos senadores quanto da plebe, que induzida por M. Lívio Druso, o elegeu em lugar de Caio para tribuno

em 121. Caio Graco tomou o Aventino, sendo posteriormente morto juntamente com seus correligionários, como seu irmão. E algumas de suas leis foram revogadas ou perderam força, surgindo, a partir daí, uma reação conservadora.

Daí em diante as atenções foram dadas aos problemas nas províncias da Numídia, na guerra contra Jugurta, e na Gália Transalpina, invadida pelos cimbrios e teutões. Nesse quadro de perturbações externas surge a figura de C. Mário Arpino, membro da classe eqüestre, mas, apesar disso, eleito cônsul pelo partido popular em 107 a.C.. É ele, com L. Sila em seus quadros, que consegue derrotar Jugurta, e também expulsar os cimbrios e os teutões, tendo, para isso, sido eleito cônsul três vezes consecutivas de 104 a 102, contrariando a tradição. Mário conseguiu tal êxito, com uma reforma completa no exército, que não mais seria composto somente de proprietários de terras, mas também de proletariados atraídos por salários e recompensas em terras ao acabar o período de serviço militar. Transformou, assim, o antigo exército em um exército profissional. Em 100 a.C.,

Mário é eleito cônsul pela sexta vez junto com Saturnino e tenta aprovar uma lei agrária que distribuísse terras do sul da Gália aos veteranos e membros do proletariado. Porém, os grandes proprietários sentiram-se contrariados e provocaram uma luta entre o Senado e o partido popular tão séria que acabou tendo que ser esmagada pelo Senado com a ajuda do próprio Mário. Em 91, Lívio Druso tenta pôr em prática certas medidas que visavam a conceder a cidadania romana a todos os italianos, fazendo com estes um acordo. Contudo, sua misteriosa morte um dia antes da votação, faz estourar uma luta contra os italianos, conhecida como guerra italiana ou social que durou de 91 a 88 a.C., terminando com a concessão da cidadania romana a todos os italianos, até o rio Pó.

Neste mesmo ano, Mitridates, rei do Ponto, invadiu a província da Ásia e massacrou os romanos que ali habitavam. Para lutar contra ele, o senado nomeou o cônsul L. Cornélio Sila. Porém, o tribuno da plebe P. Sulpício Rufo argumenta que Mário deveria ser o comandante da expedição. Com isso, surgem desordens na cidade e Sila marcha com seu exército sobre Roma. Sulpício é assassinado e Mário foge para África. Sila, após restabelecer a ordem, viaja com seu exército para combater Mitridates. Mário juntamente com L. Cornélio Cina, segue o exemplo de Sila e toma posse militar de Roma, sendo ambos eleitos cônsules em 86. Mário, contu-

do, morre um ano depois. Nos quatro anos seguintes, os *Populares* assumem o poder na cidade, porém Sila continua em seu comando militar com um exército pessoal.

Após derrotar o exército de Mitridates e fazer com ele um acordo de paz, Sila volta a Roma, em 82 a.C. e retoma o poder, sendo designado, contrariamente a Constituição, “ditador para a revisão da Constituição”. Enquanto ditador foi um homem cruel, massacrando seus adversários, por outro lado, restituiu os poderes do Senado, ao mesmo tempo que restringiu as atividades dos tribunos da plebe. Em 79, deixou a ditadura, retornado à vida privada. Morreu um ano depois.

Durante dez anos o governo senatorial conseguiu sobreviver, mas por falta de homens competentes que conduzissem as deliberações, voltam a surgir insurreições, como as lideradas por Emílio Lépido e Q. Sertório. Pompeu, que na época de Sila fora, por este, encarregado de lutar contra os governadores partidários de Mário na Sicília e na África, foi designado para combater os insurretos. Após vencê-los na Espanha, ajudou Crasso a dizimar a revolta de escravos liderados por Espártaco. Sendo, em 70 a.C., ambos eleitos cônsules com o intuito de devolver aos tribunos os poderes. Além disso, nesta época, com o discurso de Cícero contra Verres, acusado de extorsão, os júris passam a receber membros do senado e dos *Equites*, nos julgamentos. Consegue-se, assim deter um pouco os desmandos do senado, mas não se consegue, por muito tempo, segurar o que era inevitável: a derrocada da República.

Mais uma vez Mitridates invade terras legadas a Roma e faz a guerra. Lúculo não consegue dar conta da batalha, sendo substituído por Pompeu, após este vencer os piratas no Mediterrâneo. Enquanto isso, em Roma, os democratas acham em Júlio César um líder político e em Crasso o apoio financeiro, tentando, assim, dominar a situação, impedidos pelo senado. Os democratas lançam Catilina ao Senado, que após sucessivas perdas, vê retirado seu apoio por César e Crasso e tenta uma conspiração em 63 a.C., descoberta e detida por Cícero, que ajuda a condenar sem julgamento os cabeças da revolta, exceto Catilina que foge e é, posteriormente, derrotado com seu exército e morto. Os democratas, portanto, não conseguem deter o poder e tanto eles quanto os *optimates* temem a volta de Pompeu que vence Mitridates, imaginando que este desembarcaria em Roma com seu exército como ditador.

Porém, para surpresa de todos, Pompeu, em 62 a.C., dispensa seu exército e entra em Roma como simples cidadão. As guerras civis conseguem uma trégua com a formação do primeiro triunvirato com César, Pompeu e Crasso, que já apontava para um regime político de um só monarca. Esse primeiro triunvirato sustentou-se até a morte de Crasso em 53 a.C. e de Júlia em 54, filha de César e esposa de Pompeu, último laço que unia os dois triúmviros. César que detinha o consulado das Gálias invade Roma em 49 a.C., após o senado levar a Pompeu a missão de salvar o Estado, pois tinha medo da reputação militar, do exército e do dinheiro que César havia conseguido na conquista das Gálias. Pompeu foge para o Egito, onde tinha bastante prestígio. Porém, César agindo rapidamente, derrotando na Espanha os exércitos de Pompeu e, depois, vai atrás dele, derrotando-o na batalha de Farsalos, sendo, depois, morto pelo rei egípcio, Ptolomeu. Após derrotar Pompeu e subjugar o Egito, tornando-se amante de Cleópatra e deixando-a como rainha, César derrota na África o último exército republicano e, depois, os filhos de Pompeu na Espanha em 45, pacificando, assim, esse território. Com as palavras de Rostovtzeff<sup>3</sup>: “César ficou só, sem rival, e com um novo Senado por ele escolhido, inteiramente subserviente, e com um exército admiravelmente treinado e absolutamente dedicado ao seu chefe”.

Entretanto, como os poderosos de Roma, temiam que César extinguisse completamente o Senado e se tornasse um rei de tipo oriental, detendo todo o poder, fazem um motim, liderado por Bruto e Cássio, que assassina César, um ano depois, em 15 de março de 44, recomeçando, por isso, as guerras civis.

Antônio, juntamente com Lépido, chefe da cavalaria de César, tentou dominar a situação, fazendo um acordo com o Senado, que votou pela ratificação dos atos de César. Mas ambos os lados, procuravam apoio militar para se fortalecer. Antônio consegue o apoio de quatro legiões que foram comandadas por César e manda Lépido para a Espanha para proteger sua retaguarda, fazendo guerra contra o filho de Pompeu. Porém, entra em cena Otaviano, sobrinho e herdeiro de César, que então tinha dezoido anos, rivalizando com Antônio pelo poder. O senado que desconfiava das intenções deste dá apoio àquele, imaginando que por ser tão jovem o filho adotivo de César seria facilmente manipulado pelos senadores depois de derrotar Antônio. Este estava lutando contra Décimo Bruto em Mutina

e, após derrotá-lo, foi sitiado por Otaviano e os dois cônsules do ano 43 a.C., que morreram na batalha. Otaviano viu passarem para o seu lado a maioria dos soldados de Décimo Bruto e Antônio consegue escapar e ter a adesão dos exércitos republicanos, inclusive o comandado por Lépido, na Gália e na Espanha. Otaviano, ao invés de lutar contra Antônio, marcha sobre Roma e exige o consulado, indo, em seguida para Bolonha, encontrar-se com Lépido e Antônio, para fazer um acordo que formou o 2º. triunvirato. Os três passam a comandar Roma como chefes militares com poderes ilimitados. Como nos conta Rostovtzeff<sup>4</sup>:

*Otaviano e Antônio ajustariam contas com Bruto e Cássio, enquanto Lépido defenderia a Itália. Todos os itens desse acordo receberam a forma de lei em virtude de um estatuto apresentado e aprovado pelo tribuno Tício a 27 de novembro de 43 a.C. Os tribunos receberam tais poderes pelo prazo de cinco anos.*

O 2º. triunvirato começou com terror, como outrora ocorrera com o consulado de Mário e Sila. Foram proscritos todos os que se opunham ao governo, porém muitos conseguiram fugir e se juntar a Bruto e Cássio, no Oriente, ou a Sexto Pompeu, na Sicília. Em 42 a.C., Bruto e Cássio foram derrotados em Filipos.

O senado estava completamente subjugado. Mas a atmosfera não era das melhores. É o que nos expressa Pierre Grimal<sup>5</sup>:

*Antônio estava cada vez mais comprometido com os assuntos do Oriente. Otávio garantia cada vez mais sua posição no Ocidente e ficava evidente que a rivalidade entre ambos terminaria, mais cedo ou mais tarde, em conflito armado.*

E, de fato, isso se deu. Lépido passou a ser ofuscado pelos outros dois. E a rivalidade entre estes crescia, porém foi detida por um acordo feito em Brindes, no ano 40 e, de novo, em 37. Antônio, no Egito, tornava-se cada vez mais ligado à rainha egípcia, Cleópatra, com quem se casou em 37, assumindo ares de um rei divino oriental e distribuindo possessões romanas aos Ptolomeus. Isso atraiu, como acontecera outrora com César, o medo e a desconfiança dos romanos, que incentivaram Otaviano, dando-lhe sua lealdade pessoal, a lutar contra Antônio e Cleópatra, que tiveram suas tropas derrotadas em Ácio em 31. Mortos ambos em 30 a.C., o Egito

torna-se possessão romana e Otaviano retorna a Roma aclamado pelo povo e pelo Senado como o “salvador”. Mas Otaviano não incorreu no mesmo erro de César e, depois, Antônio, pois viu que existia entre as classes dominantes um forte sentimento republicano. Fingiu restaurar a República ao mesmo tempo que esvaziava as magistraturas de poder, tornando-se cada vez mais importante e imprescindível. Nos dizeres de Ettore Bignone<sup>6</sup>:

*Cobre o absolutismo debaixo de formas constitucionais. Se faz conferir os poderes em cada caso pelo senado e pelo povo: a magistratura tribúncia com suas prerrogativas de inviolabilidade e de veto, o imperium proconsular que lhe dá o comando do exército, a dignidade religiosa de Pontifex maximus, a dignidade de Princeps do senado. União hábil já que consegue a conciliação dos dois poderes tão freqüentemente em conflito da antiga república: senatus e o pulus. A novidade sob a aparência do antigo.*

Consegue restaurar a paz não só em Roma, mas também em todo o território conquistado, com isso é aclamado *Augustus*, recebendo honras divinas com a *tribunica potestas*, o *imperium proconsulare infinitum maius*. E, em 27 a.C., faz-se do Império uma monarquia. Nos dizeres de A. H. M. Jones<sup>7</sup>:

*Tendo, assim, restaurado o Senado em seus aspectos republicanos, o jovem César, no dia 1º de janeiro de 27, renunciou solenemente a todos os seus poderes extraordinários, e reimplantou a República. Em sinal de gratidão, o Senado atribuiu-lhe o nome de Augusto, segundo passaria a chamar-se daí em diante, bem como todos os seus sucessores; pediram-lhe que não desertasse a República, e quiseram, para isso, conceder-lhe poderes especiais, dos quais Augusto só aceitou o que lhe valeria o comando de uma vasta província, pelo prazo de dez anos, província essa que correspondia às áreas que exigiam força militar para a sua colonização ou proteção - Espanha (exceto a província pacificada de Bética, ao sul), Gália, Síria e Egito. A concessão de uma larga província como esta era fato comum, e já houvera os precedentes de Pompeu, César e Crasso. O que havia de excepcional era, somente, o*

*fato de que, sendo esta agora muito mais ampla, dava a Augusto o comando de quase todas as forças armadas da República.*

A respeito disso, Maria Helena da Rocha Pereira<sup>8</sup> acrescenta:

*Em janeiro de 27 depõe os poderes perante o Senado, mas este pede-lhe que continue a exercê-los, retomando parte deles. Três dias depois, concede-lhe o título de Augusto, palavra do vocabulário religioso que o singularizava acima dos homens. Um escudo de ouro, consagrado também pelo Senado e exposto na cúria, celebrava as suas qualidades: virtus, clementia, iustitia, pietas. Desde então, superava todos pela auctoritas, não pela potestas, que era a mesma dos seus colegas de magistratura.*

A partir daí, Augusto, como Otaviano passou a ser chamado, inicia, segundo nos conta Jean Bayet<sup>9</sup>, uma grande reforma política, social e religiosa, tentando resgatar antigos valores romanos, já que nota que a moral e a religião romanas estão decadentes. A restauração inclui atos de repressão ao adultério e favorecimento dos casamentos, além do esforço em elevar a religião nacional e o culto de Apolo Palatino, que se tornou o símbolo religioso do novo regime. Além disso, faz com que o Senado volte a representar a mais alta nobreza romana e restaura a predominância de cidadãos romanos e italianos no quadro de cidadãos.

Com o término das guerras civis, dá-se início a uma época anti-militarista propícia à nova literatura, especialmente, à poesia. Ainda segundo Jean Bayet, necessita-se de uma literatura abundante, sem inquietudes sociais nem políticas, mas renovadas em sua expressão, e submissa às formas da moda. Assim, o helenismo não está mais restrito aos jovens, mas os seus refinamentos e delicadezas são naturais a toda sociedade culta, surgindo a tendência de combinar a arte dos alexandrinos com a dos mestres mais antigos. Assim, vemos que a arte na época de Augusto se colore mais sinceramente do helenismo alexandrino: nacional com decência, exótico com um pouco de descrição, ele se atrela aos aspectos exteriores do amor ou a aspirações mais profundas da Itália.

Essas foram as transformações ocorridas em Roma nos dois primeiros séculos antes de Cristo e que mudaram a mentalidade dos romanos

e deram propulsão às produções poéticas mais importantes de Roma, que influenciaram toda a cultura ocidental, como é o caso da *Eneida* de Virgílio, no gênero épico, que inspirou *A divina comédia* de Dante e os *Lusíadas* de Camões; ou os poemas de Horácio e as *Bucólicas* de Virgílio que deram os preceitos para o Classicismo e o Parnasianismo.

## BIBLIOGRAFIA

- BALDSON, J. P. V. D. (Org.). *O mundo romano*. Trad. Victor M. de Morais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- BAYET, Jean. *Literatura latina*. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1985.
- BIGNONE, Ettore. *Historia de la literatura latina*. Trad. Gregorio Halperín. Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 1952.
- GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, /s.d./.
- \_\_\_\_\_. *Le siècle d'Auguste*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Virgílio ou o segundo nascimento de Roma*. Trad. Castilho Benediti. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KENEY, E. J. y CLAUSEN, W. V. *História de la literatura clásica* (Cambridge University). v. II. *Literatura Latina*. Trad. Elena Bombín. Madrid: Editorial Gredos S.A., /s.d./.
- PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Trad. S. J. Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura clássica*. II volume - cultura romana. 2ª. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Trad. Waltensir Dutra. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Storia economica e sociale dell'impero romano. Tradotta sull'originale inglese da G. Sanna e riveduta ed aumentata dall'autore*. Firenze: "La nuova Italia" editrice, 1946.
- SPALDING, Tassilo Orpheu. Pequeno dicionário de literatura latina. São Paulo: Cultrix, /s.d./

## NOTAS

<sup>1</sup> ROSTOVTZEFF, M., 1973, p. 97.

<sup>2</sup> BALDSON, J. P. V. D., 1968, p. 40.

<sup>3</sup> ROSTOVTZEFF, M., 1973, p.133.

<sup>4</sup> Idem, p. 142-143.

<sup>5</sup> GRIMAL, Pierre, 1992, p. 60.

<sup>6</sup> BIGNONE, E., 1952, p. 196. Tradução feita do original em espanhol: "Cubre el absolutismo bajo formas constitucionales. Se hace conferir los poderes en cada caso por el senado y por el pueblo: la magistratura tribunicia com sus prerrogativas de inviolabilidad y de veto, el *imperium* proconsular que le da el mando del ejército, la dignidad religiosa del *Pontifex maximus*, la dignidad de *Princeps* del senado. Unión hábil ya que no conciliación de los dos poderes tan frecuentemente en conflicto de la antigua república: *senatus* y *populus*. La novedad bajo la apariencia de lo antiguo.

<sup>7</sup> JONES, A. H. M. in BALDSON, J. P. V. D., p. 58.

<sup>8</sup> PEREIRA, M. H. da R., 1989, p. 219.

<sup>9</sup> BAYET, Jean, 1953, p. 373-442.